



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

**SESSÃO DA
ASSEMBLEIA
INTERMUNICIPAL
DA CIMLT**

ACTA Nº 13
DE
27 / 11 / 2012



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

**ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
DA LEZÍRIA DO TEJO**

ACTA Nº 13

SESSÃO ORDINÁRIA

Dia 27 de Novembro de 2012

Início da Sessão: 21.00 horas

Términus da Sessão: 23.00 horas

Presidente da Mesa: Idália Maria Marques Salvador Serrão

Vice-Presidente da Mesa: Carlos Alberto Salvador Pernes

Secretária da Mesa: Carla Cristina Rodrigues Dias



**ACTA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT)**

--- Aos vinte e sete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicável por determinação do artigo 9.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, e da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.00 horas.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Carlos Manuel Russo Mota, José Francisco Correia Afonso Marouço, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Ana Sofia Casebre, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Inês da Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, António Pratas Cardoso, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, António José Rodrigues, Carlos Alberto Salvador Pernes, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Nelson Pinheiro da Silva Lopes (em substituição de Ana Carla Ferreira Gonçalves), Bernardo António Palheta Serra, Joana Maria Ferreira Vergas, Rodrigo António Ferreira Amado Rodrigues, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Hélia Maria Monteiro Batista, Francisco José Velez Gaspar, José Joaquim Jesus Braz, Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Filipe Claro Justino, Artur Fernando Salgado, Pedro Miguel dos Santos Queimado, Maria Manuela da Guia Núncio Lucas, Leandro Manuel Alves Jorge (em substituição de António Manuel Silva Arribança), Carla Cristina Rodrigues Dias, Albino da Piedade Ferreira, Patrícia Cachulo Pote, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão,

Nélia da Graça Gaspar (em substituição de Carlos Manuel Neves Leal), João Maria da Silva Travessa Filipe, Teresa Margarida Batista Rodrigues, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Eduardo José Russo Gomes, Manuel Maria Lagos Pedroso, Idália Maria Marques Salvador Serrão e Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto.-----

--- Faltaram à sessão os seguintes membros: Teresa Isabel Almeida Filipe (apresentou justificação), Vera Lúcia Raimundo dos Santos, Paulo Raimundo Duarte Coelho, Sónia Patrícia da Silva Ferreira (apresentou justificação), Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Liliana Catarina Barroso de Sousa, Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira (apresentou justificação), Luís Alberto Santos Tirano Ferreira, António Manuel da Silva Moreira (apresentou justificação), Jorge Alberto Cosme de Sousa Roberto, Rui Manuel Presúncia de Jesus -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia;-----

--- Ordem do Dia;-----

--- 1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2 – Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2012 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas;-----

--- 3 – Apreciação e Votação de Proposta de Fixação do Valor das Contribuições dos Municípios que Integram a CIMLT (Quotizações) para o Ano de 2013;-----

--- 4 – Apreciação e Votação de Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2013 e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais constantes em Grandes Opções do Plano.-----

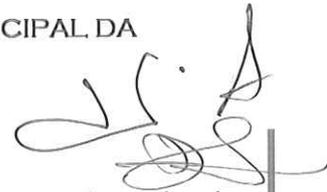
--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, dando início aos trabalhos.-----



--- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, referindo que a bancada da CDU pretendia fazer duas intervenções, uma primeira sobre as questões da saúde na região. Prosseguiu dizendo que nos últimos tempos tinha havido uma redução substancial dos meios que utilizados para os cuidados de saúde, quer os cuidados primários, quer a nível dos cuidados preventivos, com prejuízo muito acentuado das populações. Tal era sentido em todos os Concelhos da Lezíria do Tejo, mais nuns que noutros. Alertou para o facto de se assistir a uma redução muito significativa dos quadros e da qualidade dos serviços prestados, isto porque o Ministério da Saúde andava a recorrer a médicos e enfermeiros contratados, muitos deles até com dificuldades linguísticas. Depois, havia também a questão do aumento das taxas moderadoras, não tendo os utentes capacidade para as pagar. Deu, de seguida, um exemplo na primeira pessoa. Disse que tinha estado dois minutos na unidade de atendimento de Benavente e tinha pago 10 euros de taxa moderadora. Tinha sido de seguida transferido para Vila Franca de Xira e tinha pago 50 euros de ambulância. Na urgência de Vila Franca pagou mais 17 euros e meio. Após uma série de exames de diagnóstico, e passado uma semana, recebeu uma carta em casa para pagar mais 71 euros e meio de taxas moderadoras. Felizmente, segundo o senhor Deputado, tinha conseguido pagar, mas a maioria dos cidadãos não conseguia. Portanto, o senhor Deputado solicitou que o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal continuasse a fazer aquilo que isoladamente os senhores Presidentes de Câmara já faziam, que era pressionar o Ministério da Saúde, no sentido de se encontrarem soluções urgentes, até porque corriam rumores de que algumas das unidades iriam encerrar e era urgente travar esse encerramento. Ao mesmo tempo, era fundamental conseguir um melhor funcionamento daquelas unidades que ainda persistiam. O senhor Deputado apresentou, de seguida, a Recomendação “Intervenção urgente junto das famílias mais carenciadas”: “A grave situação social que a região está a viver consequência do desemprego, da perda de

rendimentos das famílias e da conjuntura internacional, provocou um aumento exponencial do número de famílias carenciadas, às quais falta quase tudo, inclusive a alimentação. As instituições particulares de solidariedade que estão a substituir o Estado nas suas funções de apoio às famílias mais carenciadas - num trabalho notável de solidariedade com a colaboração de dezenas de mecenas e voluntários - estão no limite das suas capacidades. Os Municípios e as freguesias que sempre foram o primeiro recurso de quem precisa de ajuda têm feito o milagre da multiplicação dos recursos, mas não é possível esticar mais. Os autarcas estão privados de receitas fundamentais e dependentes de uma situação económica muito débil. Com a redução de todas as receitas e sem apoios excecionais perderam a capacidade de acompanhar o crescimento das situações de pobreza e até miséria em que vivem muitos dos nossos concidadãos. Há autarcas que estão a ajudar famílias com recursos aos seus rendimentos pessoais, mas estes gestos magnânimos não são suficientes. É preciso criar uma rede forte e coesa para travar este drama. A Segurança Social tem reduzido os seus apoios nas várias prestações sociais e utiliza como critérios os rendimentos declarados pelas famílias no ano anterior, que muitas vezes baixaram bruscamente de uma situação de conforto para uma carência imediata de apoio para suprir as necessidades básicas como a alimentação, pagar a água, a energia elétrica ou o gás. Confrontada com os pedidos de apoio, os técnicos da segurança social encaminham as pessoas para as câmaras, como se fosse competência dos municípios garantir a proteção social. Os técnicos dos municípios reencaminham os utentes para a segurança social. Neste “conflito” de competências, as vítimas são quem mais precisa. Temos famílias, com casa, carro, mas a viverem sem as condições mínimas de dignidade, com crianças que as únicas refeições que comem são servidas na escola. Há escolas que continuam a deitar para o lixo as refeições sobrantes por imperativo legal. Nas mesmas escolas há crianças com fome que poderiam levar essas refeições para casa. Há hipermercados que diariamente depositam no reservatório dos Resíduos Sólidos Urbanos centenas de quilos de alimentos em perfeito estado para



serem consumidos. Consideramos que este procedimento terá de ser alterado de imediato. O Futuro reserva-nos uma preocupação acentuada porque todos os indicadores apontam para o aparecimento de “novos pobres”. É urgente intervir. Reunida em Sessão Ordinária em 27 de novembro de 2012, a Assembleia da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) recomenda ao digníssimo executivo da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo a reunir de urgência com o Senhor Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Santarém para que os municípios e a Segurança Social possam encontrar uma estratégia para dinamizar as redes sociais existentes nos municípios. As redes sociais são estruturas que integram os autarcas, as escolas, as instituições de solidariedade social, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, associações de voluntários na área social, e demais interessados na promoção de projetos de emergência social para acudir às situações mais graves. É urgente fomentar o espírito de solidariedade e partilha entre as comunidades no sentido dos que ainda podem repartir, ajudem os que mais precisam em cada momento. Esta recomendação deve ser enviada ao conselho executivo da CIMLT, aos municípios que integram a comunidade e ao Senhor Diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Santarém. Deve ainda ser enviada aos órgãos de comunicação social para eventual divulgação.”-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, apresentando uma declaração sobre a extinção das freguesias: “considerando que os autarcas da região não foram eleitos para extinguirem freguesias, algumas das quais centenárias, com uma cultura e identidade próprias, que devem respeitar as decisões das assembleias de freguesia democraticamente eleitas pelas populações; que na campanha eleitoral não estava em ordem do dia a extinção de freguesias e, como tal, não foram tomadas nem assumidas posições políticas sobre a matéria; que a decisão da agregação das freguesias apresentadas pela comunidade técnica de organização distrital do território não é democrática, nem respeita as posições tomadas democraticamente pelas autarquias locais, e que a extinção de freguesias ou a sua

agregação noutras constitui a saída da última representação do Estado das localidades, depois da saída dos correios, das extensões de saúde, da farmácia, do fecho de escolas, deixando as populações muitas vezes constituídas por idosos indefesos, na sua maior parte, sem meios próprios para se deslocarem. O PSD e o CDS terão de assumir politicamente o ónus da extinção das freguesias, contrariando as posições legitimamente tomadas pelas assembleias de freguesia na região. Por tudo isto, a CDU apresenta a sua posição contra as propostas apresentadas de reorganização administrativa do território, sobre a extinção e/ou agregação das freguesias para a região da Lezíria do Tejo.”-----

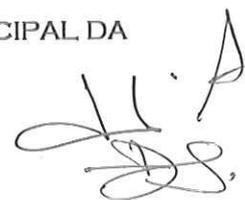
--- **ORDEM DO DIA**-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 1 da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, mencionando que na reunião de 31 de Maio de 2012 do Conselho Executivo da CIMLT tinha sido apreciado o estudo piloto sobre as Comunidades Intermunicipais. Quis saber se haviam chegado a alguma conclusão dessa apreciação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, começando por felicitar o Executivo pela apresentação do Relatório de Actividades, que tinha melhorado substancialmente em relação aos relatórios anteriores, conforme recomendações apresentadas. Por outro lado disse não ter conseguido descortinar no Relatório, apesar de verificar que o assunto vinha nas Grandes Opções do Plano, se tinha havido reuniões e qual o ponto da situação em relação às ligações do IC10, IC3 e IC13. Lembrou que esta tinha sido uma preocupação demonstrada em sessões anteriores da Assembleia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Maria da Silva Travessa Filipe (PSD)**, fazendo uma chamada de atenção. Na página 5 do Relatório de Actividades era mencionado o projecto DAUME, que apresentava alguns erros ortográficos. Solicitou que se corrigisse a palavra “dês”, que tinha um acento circunflexo que não existia, e a



palavra “Méditerranée”, que tinha só um acento e deveria ter dois.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Correia Afonso Marouço (PS)**, congratulando-se com o facto de ver pela primeira vez no Relatório evidências claras de que a Central de Compras Electrónicas, além de ser uma realidade, era uma realidade que muito estava a contribuir para a melhoria dos ratios económicos dos Municípios. Efectivamente, já se viam bastantes resultados e, ao mesmo tempo, já estavam programados e prometidos ganhos muito mais substanciais para o ano seguinte. O senhor Deputado prosseguiu referindo que o Relatório usava e abusava de iniciais, que a maior parte das vezes eram difíceis de perceber.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo-se ao problema das obras públicas e, sobretudo, das vias e à insistência que continuava a fazer nas reuniões junto do senhor Secretário de Estado. Disse que o senhor Secretário de Estado tinha dado conta das insuficiências de meios que neste momento tinha à sua disposição, para poder resolver o problema. Disse ainda que o senhor Secretário de Estado tinha pedido elementos adicionais para documentar a diligência dos senhores Presidentes de Câmara da CIMLT, mas tinha confessado que não tinha no orçamento da Secretaria de Estado valores suficientes para tapar os buracos das estradas que existiam. Portanto era impossível fazer novas obras. Ainda assim, estava atento e iria continuar a insistir, porque reconhecia a necessidade de fazer alternativa aos itinerários que existiam no momento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, começando pelo estudo piloto, que tinha sido lançado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Local, e referindo que tinham sido escolhidas duas entidades em termos nacionais, através da Associação Nacional de Municípios, para serem estudadas eventuais competências a ser delegadas pela Administração Central para as Comunidades Intermunicipais. As duas entidades escolhidas tinham sido a Comunidade Intermunicipal do Minho e a Comunidade

Intermunicipal de Aveiro. Esse estudo iria revelar uma série de competências e áreas a descentralizar para as Comunidades Intermunicipais, mas não iria ser feito um estudo pormenorizado onde se avaliasse os custos e a receita, para ver se havia economias de escala ou eficiência. Sobre o QEC, o senhor Secretário Executivo explicou que deixaria de existir o QREN e passariam a existir os fundos QEC, para 2014-2020.-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 2 da Ordem do Dia - Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2012 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, pedindo a atenção para a opinião do senhor Revisor Oficial de Contas, que no ponto 5 referia que posição a financeira da CIMLT era apresentada de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha (CDU)**, lendo em voz alta uma pequena frase do conteúdo, que dizia: “no tocante à execução das Grandes Opções do Plano, o nível de execução no final do primeiro semestre foi de 9,43%”. A senhora Deputada disse pretender sublinhar este propósito, no dia em que também iam aprovar as Grandes Opções do Plano para o ano seguinte.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Correia Afonso Marouço (PS)**, pedindo ao senhor Presidente do Conselho Executivo que comentasse o nível de execução das Grandes Opções do Plano.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que nunca nenhum tipo de projecto da Lezíria do Tejo tinha sido executado sem a devida participação do FEDER e que no momento estavam projectos parados à espera do QEC. Portanto, referiu que a CIMLT não fazia



nada sem o respectivo financiamento comunitário. Prosseguiu mencionando dois grandes projectos, nomeadamente o Ribatejo Digital e a questão da Formação. O plano de Formação tinha sido aprovado em Agosto e estava a ser executado. Mas havia candidaturas que eram submetidas em 2011 e só aprovadas em 2012. Assim, o senhor Secretário Executivo disse esperar que o plano de Formação, que já estava em curso, contribuísse para um aumento da taxa de execução do respectivo orçamento.

Quanto ao Ribatejo digital, explicou que a CIMLT tinha o projecto aprovado e propôs uma reprogramação para reforço do datacenter e de outras componentes relativas à modernização administrativa dos Municípios. A reprogramação tinha sido aprovada só em Julho. O senhor Secretário Executivo prosseguiu dizendo que existiam outros projectos que não tinham arrancado, como o Plano de Segurança Rodoviária, cuja candidatura estava a ser formulada para ser apresentada no INALENTEJO a 17 de Dezembro. O objectivo era que o programa de segurança rodoviária para os 11 Municípios da Lezíria do Tejo tivesse uma comparticipação de 85% e não fosse assegurada a 100% pelos Municípios. Referiu ainda que existiam resoluções do Conselho de Ministros e da Comissão Ministerial para a Coordenação dos Fundos, que por vezes bloqueavam tudo. Em resumo, o senhor Secretário Executivo disse esperar que no final do ano a taxa de execução do orçamento fosse muito melhor.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha (CDU)**, pedindo para que fosse explicado, no âmbito da rubrica “devedores - dívidas de terceiros”, quem eram esses outros devedores. Na rubrica “fornecimentos e serviços externos”, quis saber também quem prestava esses serviços externos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que, em termos de quotizações, alguns Municípios deviam mais à Comunidade Intermunicipal do que outros. Santarém era quem tinha a dívida maior, seguida do Cartaxo e depois da Chamusca. Relativamente aos restantes, disse que eram dívidas que se conseguiam resolver bilateralmente com acordos na actividade corrente.-----

--- Usou da palavra o técnico **Ricardo Portela**, mencionando que 85% dessas dívidas respeitavam a quotizações e o resto dizia respeito a inspecções de elevadores, etc - outras actividades que eram desenvolvidas. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, explicou que diziam respeito a todos os consumos que a CIMLT tinha para o seu funcionamento normal e para as suas actividades, algumas delas espelhadas nas Grandes Opções do Plano, na vertente corrente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que a CIMLT prestava vários serviços aos Municípios. Por exemplo, no que dizia respeito à segurança em obra, na vez de cada um dos Municípios ter um técnico a proceder à segurança em obra, a CIMLT tinha 2 que faziam esse trabalho para todos os Municípios a Lezíria do Tejo. No final do ano, a CIMLT via as horas que cada um deles tinha gasto com cada Município, e no ano seguinte tal reflectia-se no orçamento. O senhor Secretário Executivo justificou, assim, os 15% do conjunto da dívida, para além dos 85% das quotizações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, questionando o senhor Presidente do Conselho Executivo se o Conselho já tinha dado algum passo no sentido de encontrar ou estabelecer com os Municípios um plano de pagamento, acordar naturalmente com os Municípios um plano de pagamento das dívidas que tinham.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que essa questão tinha sido objecto de diligências, feitas pela Comunidade Intermunicipal junto de cada um dos Municípios, no sentido destes fazerem um esforço por recuperar os pagamentos que tinham a fazer à Comunidade. Alguns deles teriam utilizado o programa PAEL, para incluírem aí a quotização à Comunidade. Assim, o senhor Presidente disse esperar que, dentro em breve, houvesse uma recuperação dessas dívidas.-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 3 da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de**



Proposta de Fixação do Valor das Contribuições dos Municípios que Integram a CIMLT (Quotizações) para o Ano de 2013.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que aquele ponto espelhava bem a compreensão da Comunidade Intermunicipal, perante as dificuldades que os Municípios estavam a atravessar. Portanto, a CIMLT não tinha feito revisão nas quotas que os Municípios pagavam à Comunidade, e esperava poder suportar isso até ao final do ano.-----

--- Submetida à votação a Proposta de Fixação do Valor das Contribuições dos Municípios que Integram a CIMLT (Quotizações) para o Ano de 2013, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR: 39 (PS, PSD, CDU, MICA e BE);-----

--- ABSTENÇÕES: 1 (CDU).-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 4 da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2013 e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais constantes em Grandes Opções do Plano.**-----

--- Submetida à votação a Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2013 e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais constantes em Grandes Opções do Plano, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR: 40 (PS, PSD, CDU, MICA e BE);-----

--- ABSTENÇÕES: 1 (CDU).-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, dando início à apreciação da Recomendação apresentada pelos eleitos da CDU – “Intervenção urgente junto das

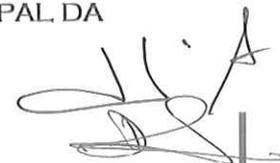
famílias mais carenciadas”.....

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, solicitando o seguinte esclarecimento. Uma vez que a Recomendação era feita ao Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal, no sentido de se reunir com urgência com o senhor Director do Centro Distrital de Segurança Social, não via o propósito de enviar esta Recomendação também para o senhor Director do Centro Distrital de Segurança Social. Prosseguiu dizendo que o Partido Socialista, apesar de reconhecer na Recomendação algumas frases mais sensacionalistas, se identificava com todos os problemas relatados e gostaria também de os ver resolvidos no imediato. Assim, votaria a favor desta Recomendação.....

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, considerando que a Recomendação já tinha uma resposta efectiva da parte do Governo, que era a questão das cantinas sociais. Portanto, de acordo com a senhora Deputada, já era um bocadinho a despropósito estar a votar uma Recomendação, quando o próprio Governo tinha tomado a iniciativa há algum tempo de lançar esse projecto das cantinas sociais, que estava aberto às famílias mais carenciadas.....

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, considerando que os problemas sociais dos cidadãos da área da Lezíria do Tejo não se resumiam às soluções apresentadas pelas cantinas sociais. Iria, portanto, colocar à votação a Recomendação.....

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, começando por mencionar a intervenção do senhor Deputado Nuno Antão, sobre enviar ou não a Recomendação ao senhor Director do Centro Distrital de Segurança Social, e explicando que esse envio era mais no sentido de que tomasse conhecimento da intenção, porque não tinha dúvidas que este encontro se desenrolasse. Relativamente às cantinas sociais, na opinião do senhor Deputado tal não foi mais do que uma operação de “show-off” do Governo, de procurar mostrar que tinha uma solução para o problema. Segundo o senhor Deputado, quem



continuava a sustentar esse projecto eram as Instituições de Solidariedade Social e as Câmaras Municipais, porque a Segurança Social não estava sequer a transferir atempadamente essas verbas 2,15€ por refeição para as instituições. Prosseguiu dizendo que o Concelho que representava fornecia todos os dias 100 refeições a famílias carenciadas, e eram a Misericórdia de Benavente e o Centro de Bem-Estar Padre Tobias que estavam a ajudar a financiar, com ajuda de alguns mecenas. Eram estas instituições que estavam a substituir a Segurança Social, porque o senhor Director da Segurança Social nem sequer tinha tido tempo para receber alguns autarcas e andava consecutivamente a adiar reuniões. Por outro lado, sempre que algum dos Ministros do Partido que representava vinha ao distrito, ele tinha tempo para acompanhar essas visitas. Na opinião do senhor Deputado, senhor Director da Segurança Social deveria era ir aos locais onde as pessoas estavam de facto a passar carências, para poder testemunhar “in loco” o que era a realidade. O senhor Deputado disse ainda que em Benavente conhecia 4 ou 5 autarcas que já estavam a pagar com dinheiro do seu bolso avios às pessoas, para se poderem alimentar. Eram pessoas com visão humanitária. Faziam-no no anonimato e não vinham para os jornais dizer que estavam a fazer uma campanha de trocar um livro por um alimento. Isso, de acordo com o senhor Deputado, era procura de protagonismo. Esta era a realidade do País. Portanto, as cantinas sociais podiam ajudar, mas não eram a solução. A solução, na opinião do senhor Deputado, passava por colocar as redes sociais dos 11 Municípios da Lezíria do Tejo a funcionar em conjunto, com coordenação, porque também aí poderiam conseguir-se economias de escala. Alertou ainda que as carências não passavam apenas pelos bens alimentares, mas também pelos medicamentos, por crianças que precisavam de uns óculos, de saúde oral, etc. terminou dizendo que aquilo que o Governo tinha feito ultimamente era anunciar medidas que depois, na prática, não se concretizavam.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, dizendo não concordar com a intervenção do senhor Deputado Nelson Lopes,

que dizia que as redes sociais normalmente funcionavam mal. Prosseguiu considerando que quanto mais se alargava o número de pessoas que participavam numa decisão, mais tempo se demorava a tomar uma decisão. Tudo dependia da vontade que as pessoas tinham de participar e de resolver as coisas. Considerou que eram as instituições que se estavam a chegar à frente na questão das cantinas sociais, porque obviamente tinha sido para isso que elas se tinham candidatado. Prosseguiu a sua intervenção referindo que, hoje em dia, todas as famílias portuguesas tinham problemas. No que dizia respeito a escolas que continuavam a deitar para o lixo refeições sobrantes, por imperativo legal, na opinião da senhora Deputada a escola tinha provavelmente a encomenda das refeições mal dimensionada. Portanto, o ideal seria começar por analisar qual a quantidade de refeições contratualizada. Relativamente aos hipermercados, referiu que no Concelho do Cartaxo eles não deitavam comida fora. Nem que fosse no dia do fim da validade dos produtos, faziam uma entrega nas instituições para consumo imediato. Terminou a sua intervenção dizendo que o Governo estava atento às questões sociais, mas não podia resolver o problema de toda a gente da mesma maneira. Os problemas eram diferentes e as pessoas tinham de se ajustar. As coisas deveriam resolver-se na origem e não pondo dinheiro em cima do problema.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha (CDU)**, dizendo que a CDU estava plenamente consciente de que a Recomendação não era a solução dos dramáticos problemas sociais que estavam a afectar a população. Na opinião da senhora Deputada, a solução passava pelo chumbo do Orçamento de Estado na Assembleia da República, pela renegociação da dívida com a Troika e por um conjunto de outras questões, como por exemplo por o País a produzir e não por o País imobilizado e completamente em estado de coma. Voltando à Recomendação, explicou que a mesma vinha no sentido de obrigar a um trabalho em rede e de obrigar as entidades que representavam o Governo na Região a confrontarem-se com as realidades, fazendo ponte até com as redes sociais, que não



resolvendo o problema, eram uma atenuante para as populações em sofrimento. A Recomendação da CDU não pretendia ser a resolução do problema, mas contribuir para chamar os responsáveis à realidade, nomeadamente o senhor Director da Segurança Social, e fazer a ponte com as autarquias e com as entidades sociais que andavam no terreno a confrontar-se com os cidadãos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Correia Afonso Marouço (PS)**, considerando que a Recomendação era um apelo à mobilização geral dos Municípios, das Instituições de Solidariedade Social e de outra natureza, que dessem as mãos e, colectivamente, pudessem conseguir minimizar este drama social. Um drama social que era tão grande, que disse considerar um despropósito haver alguém que considerasse que a criação ou a activação das cantinas sociais poderia resolver o problema. Ajudava a minimizá-lo, mas estava muito longe de poder resolvê-lo. O senhor Deputado considerou ainda ser despropósito a Recomendação não fazer a mínima referência a quem na verdade era o maior culpado pelo estado das coisas. Efectivamente, o governo PSD/CDS é que tinha causado o aumento disparatado de desempregados e tinha conseguido colocar milhares de famílias em situações de perfeito drama.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Maria da Silva Travessa Filipe (PSD)**, esclarecendo que o funcionamento da cantina da escola EB2,3 Prof. João Fernandes Pratas, de Samora Correia, estava adjudicado a uma empresa. Não era a escola que estava a gerir a cantina. Ou seja, não era a escola ou a direcção da escola as culpadas daquilo que estava a acontecer. A escola simplesmente dava o equipamento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, informando que o senhor Presidente da CAP, Comissão Administrativa Provisória dos novos agrupamentos de escolas é que tinha denunciado publicamente a situação. No entanto, de acordo com o senhor Deputado, o problema vinha da Administração Central, porque era o Ministério da Educação que proibia, nos casos em que havia empresas a fornecer refeições, que elas pudessem ser distribuídas. Isto era uma

prática criminosa, porque havia várias crianças que não tinham uma refeição quente por dia e eram outros pais e professores que pagavam refeições aos alunos. Prosseguiu dizendo que a Recomendação da CDU não pretendia ser partidária, mas sim cívica e de cidadania. Pretendia ser um grito de alerta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, solicitando dois minutos de intervalo, para aprofundar o conteúdo do texto da Recomendação e tomar uma posição condizente com aquilo que era a posição do PSD sobre o assunto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, referindo que todos ali eram para ajudar a resolver o problema às pessoas. E o PS conseguia interpretar a intenção da CDU com a Recomendação. Desta vez tinham-se centrado exactamente no problema e dado o grito de alerta. O senhor Deputado pediu a todos que olhassem para as pessoas e tentassem ajudar a resolver-lhes os problemas. Nisso, o senhor Deputado disse ter a certeza absoluta que estariam todos de acordo.-----

--- Submetida à votação a Recomendação “Intervenção urgente junto das famílias mais carenciadas, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:---

--- VOTOS A FAVOR: 29 (PS, CDU, MICA e BE);-----

--- ABSTENÇÕES: 10 (PSD);-----

--- VOTOS CONTRA: 1 (PSD).-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, considerando ser necessário que as pessoas trabalhem do ponto de vista activo para a resolução dos problemas. Assim, todos os presentes, enquanto políticos e enquanto cidadãos, poderiam dar o seu contributo, para melhorar as condições de vida de todas as pessoas. Ou seja, não era a por dinheiro em cima de problemas que se resolviam os problemas. Resolviam-se os problemas de uma forma activa. Na opinião da senhora Deputada, as Instituições de Solidariedade Social faziam isso melhor do que qualquer Governo ou qualquer órgão governamental. Em



defesa do Governo, Governo esse que era apoiado pelo seu Partido, disse que provavelmente ele não faria tudo certo, mas de certeza que não faria tudo tão mal como o anterior governo. Na opinião da senhora Deputada, os problemas resolviam-se trabalhando e agindo em conjunto com as entidades e com as famílias que precisavam de ajuda. De uma forma activa, prática e livre de leis que coíbiam as pessoas de agir. Terminou dizendo que o País não estava parado. Todos os dias havia manifestações, o que era fantástico.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, lembrando que o que se tinha pretendido com a Recomendação era criar sinergias entre os vários agentes que já estavam nas redes locais e partilhar a ideia de que, juntos, conseguiriam fazer mais do que cada um isoladamente. Alertou ainda para o facto das tão mencionadas Instituições de Solidariedade Social estarem muitas delas completamente asfixiadas, porque os sucessivos governos não as tratavam da melhor maneira. Bastava ver até a nível fiscal, que eram tratadas muitas vezes como empresas, quando praticavam a solidariedade social. Prosseguiu dizendo que trabalhava na empresa Águas do Ribatejo e todos os dias apareciam lá pessoas que já não tinham dinheiro para pagar a água, embora fosse a factura mais económica que tinham nos seus gastos. Alertou ainda para o facto de haver pessoas a viver na Lezíria sem água, sem luz e sem gás, em casas com boa aparência. Referiu que o que era necessário agora era intervir rapidamente. A Recomendação pretendia acima de tudo juntar as várias redes sociais dos Municípios, para que, todos juntos, conseguissem resolver os problemas de outra maneira.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, referindo que a Declaração de Voto do PSD ia no sentido de que, em termos de tudo o que tinha a haver com os apoios sociais e famílias carenciadas, era fácil passar-se à Demagogia. Na opinião do senhor Deputado, a Recomendação, tal como estava, dava uma no cravo e outra na ferradura. Primeiro, porque parecia que o Governo não tinha feito nada. Por outro lado, não era com este

tipo de intervenção urgente que se ia resolver nada. Era a arranjar soluções. E as soluções estavam no dia a dia. Não era a CIMLT, nem este o fórum indicado para o fazer. Terminou solicitando que ficasse registado em acta que tinha sido interrompido mais do que uma vez na sua Declaração de Voto e que estava impedido de finalizá-la.-----

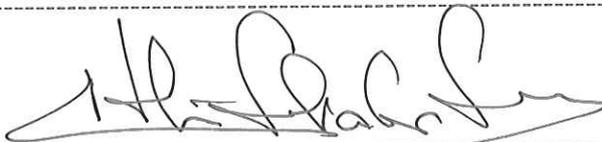
--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, lembrando que a Recomendação da CDU recomendava ao Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, que reunisse com urgência com o senhor Director do Centro Distrital de Segurança Social de Santarém, para que os Municípios e a Segurança Social pudessem encontrar uma estratégia para dinamizar as redes sociais existentes nos Municípios, a bem do trabalho em rede. Terminou a sua intervenção informando que o senhor Deputado António Moreira tinha telefonado a dizer que tinha ficado parado com o carro e, por isso mesmo, nem poderia vir, nem poderia apresentar justificação, uma vez que tinha sido um imprevisto. Desejou de seguida um bom Natal, saúde, votos de bom trabalho e que o ano de 2013 trouxesse um Portugal mais amigo dos portugueses.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, dizendo que no âmbito do QEC 2014-2020, a CIMLT iria tentar elaborar um programa territorial integrado de desenvolvimento para a Lezíria do Tejo, numa perspectiva de fazer seminários locais com as pequenas e médias empresas de cada um dos Municípios. O objectivo seria perspectivar a oportunidade de, através do próximo período de programação, se obter fundo social para a criação de emprego local. Apelou à participação de todos e à divulgação da iniciativa, para que um maior número de pessoas participasse num programa de investimentos territorial integrado, integrado na estratégia a ser definida em termos da Europa 2020.-----



--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pela Presidente, Vice Presidente e Secretária da Mesa.-----

--- A PRESIDENTE



--- O VICE PRESIDENTE



--- A SECRETÁRIA



